



PGA

PLANO GERAL DE
ATUAÇÃO



2014



PGA

PLANO GERAL DE
ATUAÇÃO

2014

FLORIANÓPOLIS

2014

ELABORAÇÃO

Procuradoria-Geral de Justiça, assessorada pelos Centros de Apoio Operacional e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, com a participação dos Procuradores e Promotores de Justiça e do Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais.

(48) 3229.9001 | pgj@mpsc.mp.br

www.mpsc.mp.br | www.youtube.com.br/ministeriopicosoc

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Coordenadoria de Comunicação Social

(48) 3229 9011 | midia@mpsc.mp.br

Revisão gramatical

Lucia Anilda Miguel

IMPRESSÃO

Gráfica Copiart

Tiragem: 700 exemplares

FOTOS

Thinkstock

S222

Santa Catarina. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.
Plano Geral de Atuação (PGA) 2014. – Florianópolis : MPSC,
2014.
71 p.

1. Ministério Público – Planejamento - Santa Catarina - 2014.
I. Título.

CDD : 341.413

Catálogo: Clarice Martins Quint (CRB 14/384)

SUMÁRIO

I – APRESENTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	7
MISSÃO	9
VISÃO	9
VALORES	9
II – MISSÃO, VISÃO E VALORES	9
III – PRIORIDADES INSTITUCIONAIS PARA 2014	10
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E TERCEIRO SETOR (CDH)	12
1. Acessibilidade Total	13
2. Prevenção ao Uso de Droga e Garantia de Atenção ao Usuário	15
3. Melhor Idade	17
4. Mais Saúde	20
5. Atenção à Saúde Mental	21
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR (CCO)	23
1. Alimento Sem Risco	24
2. Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal	25

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE (CECCON).....	28
1. Efetividade de Decisões em ADIs Propostas pelo MPSC.....	29
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL (CCR)	31
1. Reestruturação do Controle Externo	32
2. Controle da Execução Penal	33
3. Prioridade na Análise dos Inquéritos Policiais sobre Homicídio ..	36
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (CIJ).....	38
1. APOIA.....	39
2. Saúde Mental Infantojuvenil.....	41
3. Fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense.....	43
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CME)	45
1. Lixo Nosso de Cada Dia.....	46
2. Saneamento Básico	49
3. Defesa da Flora e da Fauna	51
4. Defesa do Patrimônio Histórico-Cultural	53
5. Ordem Urbanística	54
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA (CMA).....	56
1. LIMPE.....	57
2. Transparência e Cidadania	58
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM TRIBUTÁRIA (COT)	61
1. Saúde Fiscal dos Municípios	62
2. União contra a Sonegação	64
3. Combate à Sonegação Fiscal	65

I – APRESENTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

O Ministério Público Catarinense, a despeito das consideráveis conquistas alcançadas pelo esforço de seus integrantes, está focado na busca permanente de gerar maior impacto social, para cumprir sua missão constitucional, especialmente na efetivação dos direitos sociais.

Temos uma gestão estratégica, estamos crescendo de forma sólida, com espaços, cada vez maiores, para a democracia e a transparência. A gestão planejada é acima de tudo uma exigência dos tempos modernos e que impõe ao gestor sair da zona de conforto da linha da retórica e de uma representação superficial, para a busca de seus problemas, de suas causas e de alternativas pensadas, planejadas e discutidas, onde posamos colher o sentimento de efetividade para a Administração Pública.

Todo mundo sabe que é a estratégia que move um negócio. Para o Ministério Público Catarinense, a estratégia é, sobretudo, um sistema de criação de valor: a maneira mais poderosa que um líder tem de moldar sua organização, criando vantagem competitiva e a singularidade de uma gestão comprometida com resultados.

Uma vez elaborada e implementada a estratégia, são necessários o acompanhamento e a avaliação, para que se tenha condições de atualizar as ações e melhorar seu desempenho. O trabalho ora apresentado é o resultado formal, de cunho informativo, dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, que foi aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais, depois de ouvidos todos os membros, e contempla a primeira revisão do Planejamento Estratégico.

Temos dito com frequência que um modelo de desenvolvimento da sociedade deve prever a construção conjunta. Colocado de maneira simples, é poder fazer com a ajuda de muitos o que não se consegue fazer sozinho. O Plano Geral de Atuação de 2014 busca criar relacionamentos sólidos e produtivos, entre todos os integrantes da Instituição e seus parceiros estratégicos, com vistas ao bem comum. Esse é o caminho.

LIO MARCOS MARIN
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

II – MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

PROMOVER A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA SOCIEDADE, VISANDO FORTALECER A DEMOCRACIA, A CIDADANIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

VISÃO

SER UMA INSTITUIÇÃO PRÓXIMA AO CIDADÃO, QUE PRODUZA RESULTADOS ÚTEIS NA DEFESA DA DEMOCRACIA, NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.

VALORES

ÉTICA

EFETIVIDADE

INDEPENDÊNCIA

JUSTIÇA

TRANSPARÊNCIA

III – PRIORIDADES INSTITUCIONAIS PARA 2014

“AS ESTRATÉGIAS SÃO CRIADAS
COM DIÁLOGO, JUNTANDO MEN-
TES INTELIGENTES QUE CONSE-
GUIRÃO CHEGAR A UMA SOLU-
ÇÃO.” PROF. YVES DOZ

Na forma como determina o Ato 462/2012/PGJ, o Plano Geral de Atuação é documento que visa a orientar o exercício das funções dos órgãos de execução do Ministério Público, com vigência anual, elaborado por iniciativa e sob a condução do Procurador-Geral de Justiça, com a participação das Procuradorias de Justiça, Coordenadorias de Recursos, Promotorias de Justiça e Centros de Apoio Operacional.

O Plano Geral de Atuação 2014 contempla a execução prioritária dos programas e projetos definidos no Planejamento Estratégico realizado pela Instituição, sendo ouvidos, na definição das prioridades, os Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais, os Centros de Apoio Operacional e os membros da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico, permanecendo destacada 1 (uma) prioridade estadual e 8 (oito) tematizadas, conforme é detalhado a seguir:

PRIORIDADE ESTADUAL

SANEAMENTO BÁSICO

PRIORIDADES VINCULADAS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE IMPACTO SOCIAL E AOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

DIREITOS HUMANOS E TERCEIRO SETOR	MELHOR IDADE
CONSUMIDOR	ALIMENTO SEM RISCO
CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE	EFETIVIDADE DE DECISÕES EM ADIS PROPOSTAS PELO MPSC
CRIMINAL	REESTRUTURAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO
INFÂNCIA E JUVENTUDE	SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL
MEIO AMBIENTE	SANEAMENTO BÁSICO
MORALIDADE ADMINISTRATIVA	LIMPE
ORDEM TRIBUTÁRIA	SAÚDE FISCAL DOS MUNICÍPIOS

O detalhamento das informações referentes às iniciativas estratégicas priorizadas estão destacadas no conteúdo apresentado pelos Centros de Apoio Operacional.



CDH

Centro de Apoio Operacional
dos Direitos Humanos e
Terceiro Setor

1. Acessibilidade Total

OBJETIVO

Garantir a livre circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a adequação dos espaços públicos e privados de uso coletivo e dos serviços públicos às normas relativas à acessibilidade, suprimindo barreiras e obstáculos arquitetônicos; promover a educação inclusiva.

PÚBLICO-ALVO:

Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

1. Diagnosticar as condições de acessibilidade nos Postos e Unidades Básicas de Saúde (SUS)

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

2. Promover medidas visando à acessibilidade nos Postos e nas Unidades Básicas de Saúde (SUS)

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

3. Acompanhar as ações para a garantia da acessibilidade nos Postos e nas Unidades Básicas de Saúde (SUS)

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

4. Promover medidas visando à acessibilidade espacial nas escolas públicas e privadas

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

5. Acompanhar as ações para a garantia da acessibilidade espacial nas escolas

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

6. Implementar as estratégias geradas pelo Grupo de Trabalho SC Acessível

Resultado da ação: Projetos voltados à garantia da acessibilidade

Responsável: CDH

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Aumentar o número de Postos e Unidades Básicas de Saúde adequadas às normas de acessibilidade.
2. Aumentar o número de escolas públicas e privadas adequadas às normas de acessibilidade espacial.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios formalmente comprometidos em adequar os Postos e as Unidades Básicas de Saúde às normas de acessibilidade espacial	ND	10%
Índice de escolas públicas municipais formalmente comprometidas em se adequar às normas de acessibilidade espacial	3%	10%
Índice de escolas públicas estaduais formalmente comprometidas em se adequar às normas de acessibilidade espacial	1%	10%
Índice de escolas privadas formalmente comprometidas em se adequar às normas de acessibilidade espacial	7%	10%

ND – Não disponível

2. Prevenção ao Uso de Drogas e Garantia de Atenção ao Usuário

OBJETIVO

Promover a implantação e fiscalizar a execução de políticas públicas com vistas à prevenção do uso de drogas, à conscientização, ao tratamento e à reinserção social de usuários e dependentes.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas usuárias ou dependentes de droga e instituições de atendimento.

1. Diagnosticar a adequação das comunidades terapêuticas e estabelecimentos de saúde que promovam o tratamento de transtornos decorrentes do uso de drogas

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico das entidades fiscalizadas e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

2. Promover medidas visando à adequação das comunidades terapêuticas e estabelecimentos de saúde voltados ao tratamento de transtornos decorrentes do uso de drogas

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

3. Acompanhar as ações implementadas para adequação das instituições fiscalizadas

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

4. Diagnosticar, nos Municípios catarinenses, a existência e a efetiva atuação dos Conselhos Municipais Antidrogas

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

5. Promover medidas visando à criação e à efetiva atuação dos Conselhos Municipais Antidrogas

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

6. Acompanhar as ações para a criação de Conselhos Municipais Antidrogas e para a sua efetiva atuação

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Aumentar o número de Conselhos Municipais Antidrogas.
2. Aumentar o número de Conselhos Municipais Antidrogas ativos.
3. Aumentar o número de comunidades terapêuticas e estabelecimento de saúde que promovem o tratamento de transtornos decorrentes do uso de droga adequados à legislação.
4. Aumentar o número de usuários institucionalizados atendidos de acordo com a legislação.
5. Diminuir a reincidência.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de comunidades terapêuticas vistoriadas	39%	100%
Índice de Municípios catarinenses com Conselhos Municipais Antidrogas	38%	60%
Índice de Conselhos Municipais Antidrogas ativos	32%	65%

3. Melhor Idade

OBJETIVO

Zelar pela efetivação dos direitos e garantias previstas no Estatuto do Idoso, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o di-

reito à vida; fomentar a implantação de Instituições de Longa Permanência para Idosos, bem como promover sua adequação às normas de regência, fiscalizando-as de forma permanente.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas idosas e instituições de atendimento.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Diagnosticar a adequação das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico das entidades fiscalizadas com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

2. Promover medidas visando à adequação das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

3. Acompanhar as ações implementadas para adequação das instituições fiscalizadas

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

4. Diagnosticar, nos Municípios catarinenses, a existência e a efetiva atuação dos Conselhos Municipais do Idoso

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

5. Promover medidas visando à criação e à efetividade dos Conselhos Municipais do Idoso

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

6. Acompanhar as ações para a criação de Conselhos Municipais do Idoso e a sua efetiva atuação

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Aumentar o número de Municípios catarinenses com Conselhos Municipais do Idoso.
2. Aumentar o número de Conselhos Municipais do Idoso ativos.
3. Aumentar o número de Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPI) adequadas à legislação.
4. Aumentar o número de idosos institucionalizados atendidos de acordo com a legislação.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPI) vistoriadas	74%	100%
Índice de Municípios catarinenses com Conselhos Municipais do Idoso	51%	60%
Índice de Conselhos Municipais do Idoso ativos	56%	65%

4. Mais Saúde

OBJETIVO

Garantir a prevenção e promoção de saúde por meio de oferta adequada de serviços, com qualidade e resolutividade, pelos Municípios e Estado.

PÚBLICO-ALVO

População do Estado Catarinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Diagnosticar a adequação da rede de atenção básica dos Municípios catarinenses aos parâmetros legais, em termos de estrutura mínima de atendimento

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

2. Promover medidas visando à adequação da rede de atenção básica dos Municípios catarinenses aos parâmetros legais, em termos de estrutura mínima de atendimento

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

3. Acompanhar as ações implementadas para adequação da rede de atenção básica

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das medidas judiciais e extrajudiciais tomadas pelas Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Aumentar o número de Municípios com a rede de atenção básica adequada aos parâmetros legais, em termos de estrutura mínima existente.
2. Aumentar o nível de resolutividade e prevenção do nível básico de atenção à saúde.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios comprometidos em adequar a estrutura das equipes ESF aos parâmetros legais	ND	10%

ND – Não disponível

5. Atenção à Saúde Mental

OBJETIVO

Promover a implantação e fiscalizar a execução de políticas públicas voltadas ao tratamento ambulatorial e, quando indicado, em regime de internação na área da saúde mental.

PÚBLICO-ALVO

População do Estado Catarinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Diagnosticar as condições dos serviços voltados ao tratamento ambulatorial e em regime de internação na área da saúde mental

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça, incluindo a

elaboração de um manual com orientações de rotina.

Responsável: CDH

2. Promover medidas visando à criação e/ou ampliação de serviços voltados ao tratamento da saúde mental

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

3. Acompanhar as ações para a criação e/ou ampliação dos serviços na área de saúde mental

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das medidas judiciais e extrajudiciais tomadas pelas Promotorias de Justiça

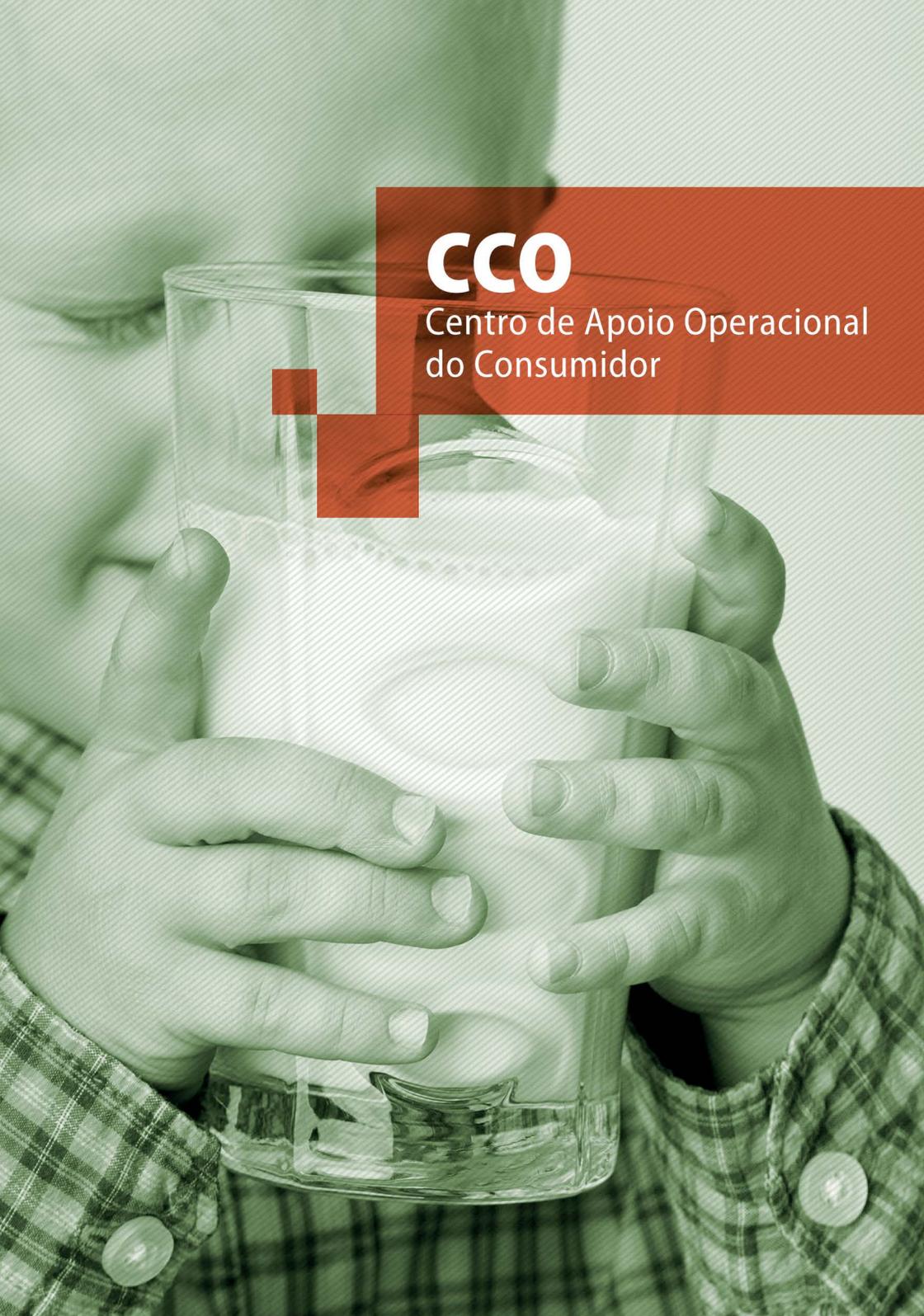
Responsável: CDH

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Aumentar o número de serviços na área de saúde mental.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Número de serviços criados/estruturados na área de saúde mental em decorrência da ação do Ministério Público	ND	50

ND – Não disponível

A close-up photograph of a person's hands holding a clear glass filled with water. The person is wearing a plaid shirt. The image has a green tint. A red rectangular overlay is positioned in the upper right quadrant, containing the text 'CCO' and 'Centro de Apoio Operacional do Consumidor'.

CCO

Centro de Apoio Operacional
do Consumidor

1. Alimento Sem Risco

OBJETIVO

Reduzir a quantidade de resíduos agrotóxicos, em alimentos *in natura* ou em fase de industrialização, a patamares tolerados pela legislação; eliminar a presença de resíduos de agrotóxicos, em alimentos *in natura* e processados, em desacordo com as culturas próprias; evitar a incidência de resíduos de agrotóxicos, cuja comercialização está proibida em Santa Catarina, em alimentos *in natura* ou processados; conscientizar produtores e consumidores para a produção e consumo de alimentos que não acarretem riscos à saúde e à vida humana.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade catarinense e fornecedores de alimento.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Manter o monitoramento de alimentos *in natura* ou em fase de industrialização para identificar resíduos indevidos de agrotóxicos

Resultado da ação: Laudos de análise laboratorial e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CCO, condicionado à participação dos parceiros

2. Promover medidas visando ao combate do uso indiscriminado de agrotóxicos

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça, sob demanda

3. Acompanhar as ações implementadas em relação aos laudos recebidos

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CCO

4. Desenvolver trabalho de educação sobre o uso legalmente permitido ou indevido de agrotóxico na produção agrícola e sobre o consumo de alimentos que não ofereçam riscos

Resultado da ação: Cartilhas e *folders* revisados e atualizados

Responsável: CCO

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Reduzir o percentual de alimentos contaminados com resíduos agrotóxicos em desconformidade legal, tomando por referência o total de produtos analisados.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Número de amostras de alimentos analisados, para aferir a presença de resíduos de agrotóxicos em desconformidade legal	480	520

2. Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal

OBJETIVO

Proteger a saúde dos consumidores, coibindo a produção e a comercialização de produtos de origem animal que não atendam às normas sanitárias; orientar manipuladores, comerciantes e consumidores para os riscos à saúde no consumo de produtos inadequados e para a necessidade de adequação das estruturas de produção, armazenagem, transporte e comercialização de produtos às exigências legais; e ampliar o número de fornecedores certificados pelos órgãos competentes estaduais e federais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidor de produtos de origem animal.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Fomentar e monitorar a fiscalização da comercialização de produtos de origem animal, por órgãos parceiros

Resultado da ação: Relatório de fiscalização com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CCO

2. Promover medidas visando à garantia dos direitos do consumidor de produtos de origem animal

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça, sob demanda

3. Acompanhar as ações implementadas em relação aos autos de fiscalizações

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CCO

4. Elaborar material para inserção em rádios e, eventualmente, TV, sobre a comercialização e o consumo de Produtos de Origem Animal

Resultado da ação: Material para divulgação

Responsável: CCO

5. Promover medidas visando à sensibilização de fornecedores e consumidores sobre a importância do POA

Resultado da ação: Distribuição de material didático do POA

Responsável: Promotor de Justiça e CCO

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Diminuir o percentual de irregularidades em relação ao número de fiscalizações realizadas.
2. Mensurar a quantidade de produtos apreendidos em toneladas, por tipos de irregularidades.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Número de Municípios fiscalizados, para aferir a presença de irregularidades	124	100



CECCON

Centro de Apoio Operacional do
Controle de Constitucionalidade

Iniciativa Estratégica – CECCON

1. Efetividade de Decisões em ADIs Propostas pelo MPSC

OBJETIVO

Diagnosticar os casos em que não são adotadas as providências para o cumprimento de decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade, cuja iniciativa seja do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, promovendo aquelas necessárias a tal efetividade.

PÚBLICO-ALVO

Órgãos de Execução do Ministério Público e órgãos públicos em geral.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Identificar todas as decisões transitadas em julgado em Ações Diretas de Inconstitucionalidade aforadas pelo MPSC, com adoção, quando pertinente, das medidas necessárias ao seu cumprimento

Resultado da ação: Decisões judiciais em ADIs identificadas

Responsável: Procurador-Geral de Justiça, Promotor de Justiça e CECCON

2. Promover medidas visando ao efetivo cumprimento das decisões judiciais em ADIs

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Procurador-Geral de Justiça, Promotor de Justiça e CECCON

3. Acompanhar as ações para a efetividade de decisões em ADIs propostas pelo MPSC

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CECCON

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Promover o efetivo cumprimento das decisões judiciais proferidas em ações de inconstitucionalidade promovidas pelo MPSC.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de finalização dos CEADIs instaurados até julho de 2013	ND	100%

ND – Não disponível

CCR

Centro de Apoio Operacional
Criminal



1. Reestruturação do Controle Externo

OBJETIVO

Permitir ao Promotor de Justiça o pleno desenvolvimento do exercício do controle externo da atividade policial, buscando uma aproximação entre as instituições para, em conjunto, tornar os procedimentos de investigação policial, cerne do trabalho do Promotor com atribuição no crime, mais eficiente e célere, prevenindo, orientando e fiscalizando eventuais deficiências ou faltas praticadas, com adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais que importem na efetividade dessa função.

PÚBLICO-ALVO

População do Estado de Santa Catarina.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Realizar estudos visando à adequação da atuação especializada dos órgãos institucionais na área do controle externo

Resultado da ação: Estudos realizados para definir as medidas a serem executadas

Responsável: CCR

2. Fiscalizar o exercício da Atividade Policial

Resultado da ação: Atividade policial fiscalizada

Responsável: Promotor de Justiça

3. Revisar e atualizar o Manual de Rotinas Básicas de Atuação Funcional

Resultado da ação: Manual básico de atuação funcional revisado e atualizado

Responsável: CCR

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Aumentar a participação do Ministério Público nas questões de Segurança Pública e no acompanhamento da atividade policial.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Número de visitas técnicas a Delegacias de Polícia	ND	150
Número de postulações/ações desenvolvidas em prol da segurança pública	16	30

ND – Não disponível

2. Controle da Execução Penal

OBJETIVO

Detectar situações de risco e adotar as medidas necessárias quanto ao efetivo cumprimento das penas, bem como combater as atividades ilícitas das organizações criminosas dentro das unidades prisionais e a corrupção dos agentes públicos do sistema carcerário.

Pessoas submetidas à imposição de pena e a população carinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Promover medidas visando à manutenção, efetividade e criação e instalação de novas Centrais de Penas e Medidas Alternativas

Resultado da ação: ações realizadas em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Responsável: CCR

2. Fiscalizar e acompanhar as atividades das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs)

Resultado da ação: Relatório detalhado das penas e medidas alternativas cumpridas

Responsável: Promotor de Justiça e CCR

3. Fiscalizar as Unidades Prisionais

Resultado da ação: Elaboração de relatório e tomada de medidas judiciais e administrativas

Responsável: Promotor de Justiça

4. Promover medidas visando a melhorias estruturais nas Unidades Prisionais

Resultado da ação: Unidades prisionais adequadas às exigências da Lei de Execução Penal (LEP)

Responsável: Promotor de Justiça

5. Promover medidas visando à atuação integrada com a Diretoria de Informações da Secretaria de Justiça e Cidadania (DINF)

Resultado da ação: Abastecimento dos bancos de dados do Ministério Público, com informações sensíveis de inteligência e segurança

Responsável: CCR

6. Prestar apoio técnico-jurídico ao Grupo Estadual da Execução Penal (GEEP), abastecendo-o com todas as informações de segurança

Resultado da ação: Fortalecimento do GEEP

Responsável: PGJ, CCR

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Aumentar a fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas impostas.
2. Diminuir a reincidência.
3. Padronizar ações e encaminhamentos relacionados à execução penal.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de cumprimento das sanções impostas nas CPMAs	83%	100%
Índice de reincidência nas CPMAs	1,8%	3%
Número de ações e providências para a melhoria das unidades prisionais	32	40

3. Prioridade na Análise dos Inquéritos Policiais sobre Homicídio

OBJETIVO

Conclusão dos inquéritos policiais, com uma das seguintes providências: denúncia por homicídio, denúncia por outro crime ou, ainda, não concluídos ou judicializados.

PÚBLICO-ALVO

Delegacias de Polícia.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Fiscalizar a regular tramitação dos Inquéritos Policiais de homicídios dolosos, instaurados até 2007

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais não concluídos em cada Comarca

Responsável: Promotor de Justiça

2. Acompanhar os Inquéritos Policiais de homicídios dolosos em trâmite, instaurados até 2007

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais concluídos em cada Comarca

Responsável: CCR

3. Fiscalizar a regular tramitação dos Inquéritos Policiais de homicídios dolosos, instaurados em 2008

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais não concluídos em cada Comarca

Responsável: Promotor de Justiça

4. Acompanhar os Inquéritos Policiais de homicídios dolosos em trâmite, instaurados em 2008

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais concluídos em cada Comarca

Responsável: CCR

5. Fiscalizar a regular tramitação dos Inquéritos Policiais de homicídios dolosos, instaurados em 2009

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais não concluídos em cada Comarca

Responsável: Promotor de Justiça

6. Acompanhar os Inquéritos Policiais de homicídios dolosos em trâmite, instaurados em 2009

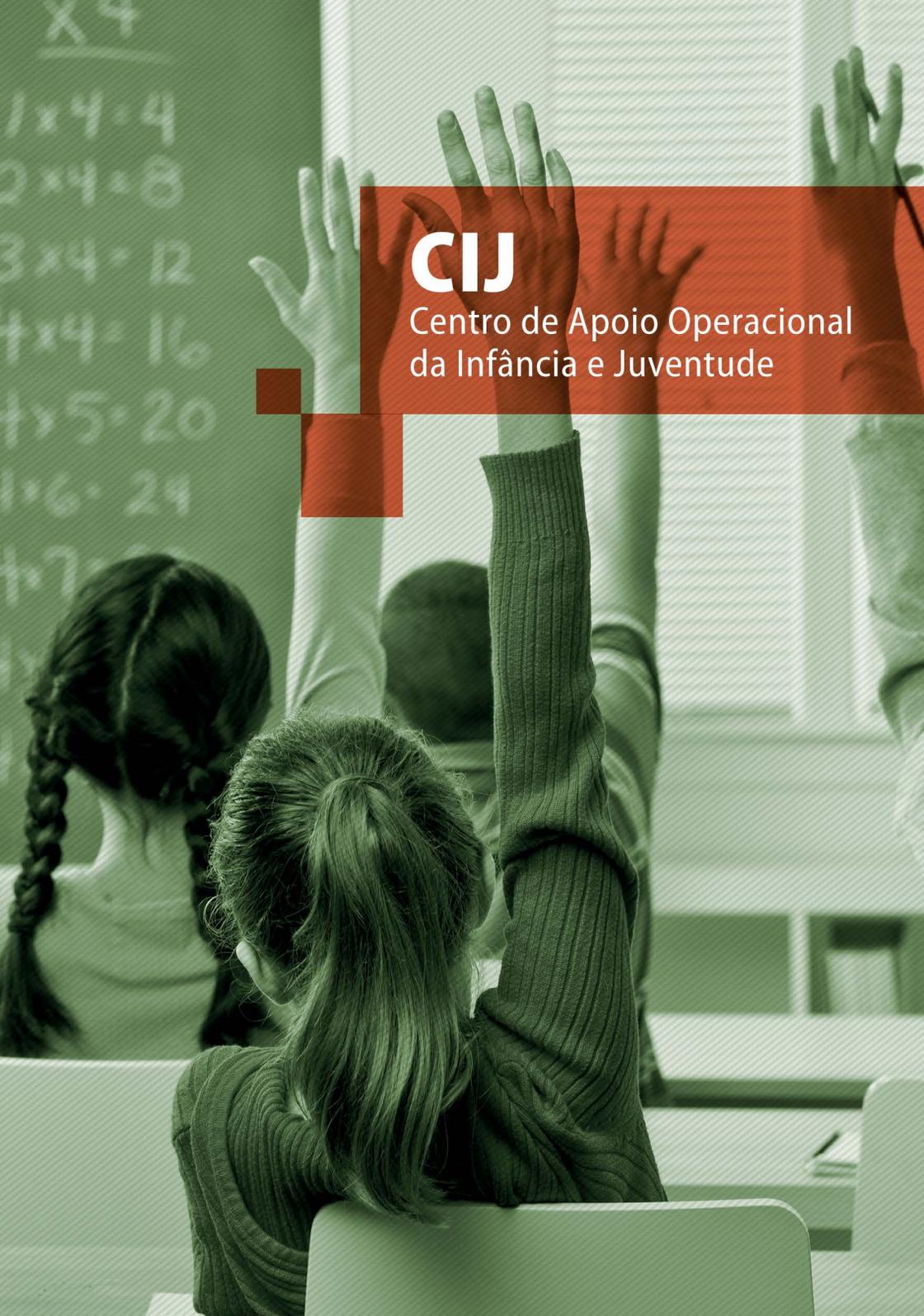
Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais concluídos em cada Comarca

Responsável: CCR

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Aumentar o número de ações penais iniciadas no Tribunal do Júri.
2. Atender à meta anual da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública ENASP.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Número de ações penais iniciadas no tribunal do júri	1032	1000
Índice da meta anual da ENASP 2007	91,5%	100%
Índice da meta anual da ENASP 2008	80%	100%
Índice da meta anual da ENASP 2009	40,4%	100%



CIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e Juventude

O.E. 5 – PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E GARANTIAS INFANTOJUVENIS

Iniciativa Estratégica – CIJ

1. APOIA

OBJETIVO

Reduzir a evasão e a infrequência escolar; instar o fortalecimento das políticas públicas intersetoriais relacionadas à educação infantojuvenil para prevenir e combater o abandono e a reprovação escolar, bem como promover a educação de qualidade e o sucesso escolar.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes que necessitam de medidas para garantia do pleno direito à educação, bem como seus responsáveis legais.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Promover medidas visando ao retorno de alunos evadidos ou infrequentes

Resultado da ação: Procedimentos instaurados para promover o retorno de alunos evadidos ou infrequentes à escola

Responsável: Promotor de Justiça

2. Acompanhar as ações e os resultados do Programa APOIA

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas e estatísticas obtidas com o Sistema APOIA On-line

Responsável: CIJ

3. Promover medidas visando à atuação integrada com as instituições do Sistema de Garantia de Direitos voltados à educação infantojuvenil

Resultado da ação: Criação de Grupos de Trabalho (GTs) em cada Município e fomento à criação de um Fórum Estadual permanente em prol da educação infantojuvenil

Responsável: CIJ

4. Promover medidas visando à atuação integrada com a Secretaria de Estado da Educação, as Secretarias Municipais da Educação e o Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Santa Catarina na execução do sistema APOIA *On-line*

Resultado da ação: Assinatura do Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Educação e o Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Santa Catarina; Assinatura dos Termos de Adesão com as Secretarias Municipais da Educação

Responsável: Procurador-Geral de Justiça e Promotores de Justiça

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Aumentar o retorno à sala de aula de alunos evadidos e infrequentes.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de alunos de 4 a 17 anos, das redes educacionais públicas (três esferas) e particulares, abrangidos pelo sistema APOIA <i>On-line</i>	ND	25%
Índice de Municípios com Termos de Adesão ao sistema APOIA <i>On-line</i> firmados	ND	10%

ND – Não disponível

2. Saúde Mental Infantojuvenil

OBJETIVO

Incentivar o aperfeiçoamento da estrutura da rede de atendimento, em saúde mental infantojuvenil, na baixa, média e alta complexidade do SUS.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes que necessitam de atendimento na área da saúde mental infantojuvenil, bem como seus responsáveis legais.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Promover medidas visando à garantia do direito à saúde mental infantojuvenil mediante acesso de crianças e adolescentes a equipes de saúde mental na atenção básica (NASF)

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

2. Acompanhar as ações para o incremento dos serviços na rede de saúde mental infantojuvenil

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento das ações realizadas para o incremento da quantidade de equipes de saúde mental na atenção básica (NASF)

Responsável: CIJ

3. Promover medidas visando à garantia do direito à saúde mental infantojuvenil mediante a ampliação do número de Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenil (CAPSi)

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

4. Acompanhar as ações para a ampliação dos CAPSi

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento das ações realizadas pelas PJs para a ampliação do número de serviços

Responsável: CIJ

5. Diagnosticar a situação relativa ao número de vagas infantojuvenis (não necessariamente exclusivas) para atendimento psiquiátrico de alta complexidade

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico do número de vagas disponíveis em hospitais gerais e hospitais infantojuvenis

Responsável: CIJ

6. Promover medidas visando à garantia do direito à saúde mental infantojuvenil mediante a ampliação do número de vagas infantojuvenis de alta complexidade

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

7. Acompanhar as ações para a ampliação das vagas psiquiátricas infantojuvenis de alta complexidade

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento das ações realizadas pelas PJs para a ampliação do número de vagas

Responsável: CIJ

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Aumentar o número de atendimentos em saúde mental infantojuvenil na baixa, média e alta complexidade, reduzindo a demanda reprimida em todo o Estado.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com equipes de saúde mental na atenção básica (equipes NASF com saúde mental)	60%	65%
Índice de PJs que promoveram ações judiciais ou extrajudiciais visando à implantação de CAPS infantojuvenil nos Municípios que atendem ao critério populacional	25%	62,50%
Índice de PJs que promoveram ações judiciais ou extrajudiciais visando ao aumento do número de vagas infantojuvenis para atendimento psiquiátrico de alta complexidade, nos Municípios que já dispõem do serviço	ND	10%

ND – Não disponível

3. Fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense

OBJETIVO

Estruturar o sistema socioeducativo catarinense de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes em conflito com a lei e seus representantes legais.

1. Promover medidas visando ao fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

2. Acompanhar as ações para a ampliação e o fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense em meio aberto

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento da quantidade de serviços, capacidade instalada, e número de atendimentos em meio aberto

Responsável: CIJ

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Incrementar o número de programas socioeducativos em meio aberto, nas localidades com demanda reprimida, em todo o Estado.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com programas socioeducativos em meio aberto	32,5%	37%

A close-up photograph of hands being washed under a stream of water. The image has a green tint and a red text overlay. The hands are cupped together, and water is splashing around them. The background is a light, textured surface.

CME

Centro de Apoio Operacional
do Meio Ambiente

1. Lixo Nosso de Cada Dia

OBJETIVO

Promover a recuperação de áreas degradadas, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, além de estimular os órgãos de execução a exigir implantação de políticas públicas.

PÚBLICO ALVO

Administração municipal e população catarinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Diagnosticar a situação relativa à elaboração e publicação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Resultado da ação: Relatório de avaliação dos Municípios e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

2. Promover medidas visando à aprovação por lei dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

3. Acompanhar as medidas para a elaboração e aprovação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CME

4. Promover medidas visando à adequação dos aterros sanitários no Estado de Santa Catarina (controle da vida útil, licitude e eficiência dos aterros)

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

5. Acompanhar as medidas voltadas à adequação dos aterros sanitários no Estado de Santa Catarina

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas para a adequação dos aterros sanitários

Responsável: CME

6. Estabelecer metodologia para o cumprimento das diretrizes da P Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em face das peculiaridades regionais

Resultado da ação: Metodologia definida e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

7. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à coleta seletiva de lixo

Resultado da ação: Diagnóstico realizado e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

8. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à correta destinação dos resíduos sólidos industriais

Resultado da ação: Diagnóstico realizado e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

9. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à correta destinação dos resíduos de serviços de saúde

Resultado da ação: Diagnóstico realizado e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

10. Acompanhar as medidas para a adequação da destinação dos resíduos industriais

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas para a adequação da destinação dos resíduos

Responsável: CME

11. Acompanhar as medidas para a adequação da destinação dos resíduos de serviços de saúde

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas para a adequação da destinação dos resíduos

Responsável: CME

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Aumentar o número de Municípios com Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
2. Aumentar o número de aterros sanitários em condições sustentáveis.
3. Promover a correta destinação dos resíduos.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos aprovados em lei	12%	100%
Índice de aterros sanitários em condições sustentáveis	81%	100%
Índice de Municípios com coleta seletiva de lixo	39%	50%
Índice de aterros industriais licenciados no Estado	ND	25%
Índice de unidades de tratamento de resíduos de serviços de saúde licenciados no Estado	ND	25%

ND – Não disponível

2. Saneamento Básico

OBJETIVO

Aumentar o índice de esgotamento sanitário e a eficiência dos sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

PÚBLICO-ALVO

Administração municipal e população catarinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à elaboração e publicação dos Planos Municipais de Saneamento Básico

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico da existência e

publicação dos planos municipais de saneamento e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

2. Promover medidas visando à elaboração e aprovação por lei dos Planos Municipais de Saneamento Básico

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

3. Diagnosticar a atuação dos Municípios para efeito de implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico dos Municípios com projetos de esgotamento elaborados e em execução e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

4. Promover medidas visando à efetivação do esgotamento sanitário nos Municípios catarinenses

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

5. Acompanhar a implementação de medidas que visem à efetivação do esgotamento sanitário nos Municípios catarinenses

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas para o saneamento dos Municípios catarinenses

Responsável: CME

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Aumentar o número de Municípios com planos de saneamento.
2. Aumentar o percentual da população beneficiada com sistema de esgoto sanitário.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com Plano de Saneamento Básico aprovados em lei	45%	100%

3. Defesa da Flora e da Fauna

OBJETIVO

Fomentar a implantação de políticas públicas de proteção à flora e à fauna.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade catarinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Promover medidas visando à regulamentação de metodologia para elaboração dos planos de manejo das Unidades de Conservação

Resultado da ação: Metodologia elaborada

Responsável: CME

2. Promover medidas visando à proteção e incentivo à criação de Unidades de Conservação nos Municípios catarinenses

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

3. Acompanhar as medidas de proteção e de incentivo à criação de Unidades de Conservação nos Municípios catarinenses

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CME

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Melhorar a gestão das Unidades de Conservação existentes no Estado.
2. Aumentar o número de Unidades de Conservação no Estado.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Unidades de Conservação no Estado com gestão adequada	1%	5%
Índice de Unidades de Conservação no Estado diagnosticadas e incluídas no cadastro da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)	ND	50%

ND – Não disponível

4. Defesa do Patrimônio Histórico-Cultural

OBJETIVO

Promover a efetiva proteção do patrimônio histórico-cultural dos Municípios catarinenses.

PÚBLICO-ALVO

Administração municipal, estadual e sociedade catarinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Diagnosticar a situação para efeito de criação e manutenção dos arquivos públicos municipais e estadual

Resultado da ação: Diagnóstico e material de apoio para atuação dos Promotores de Justiça

Responsável: CME

2. Promover medidas visando à implantação e estruturação dos arquivos públicos, em cumprimento à política nacional de arquivos públicos e privados

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

3. Acompanhar as medidas para criação e manutenção dos arquivos públicos municipais e estadual

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CME

4. Diagnosticar a situação dos bens tombados

Resultado da ação: Diagnóstico dos bens tombados

Responsável: CME

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Melhorar a gestão dos documentos permanentes do Estado.
2. Aumentar a proteção dos bens tombados.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com arquivos públicos estruturados	ND	30%
Índice de Municípios com cadastro de bens tombados	ND	30%

ND – Não disponível

5. Ordem Urbanística

OBJETIVO

Zelar pela sustentabilidade das cidades; regularização de áreas degradadas; proteção de áreas especialmente protegidas; fiscalização do uso e ocupação do solo urbano; acompanhamento da elaboração e respectivas alterações legislativas.

PÚBLICO-ALVO

Administração municipal e sociedade catarinense.

1. Realizar estudos visando à adequada participação do MPSC no processo de regularização fundiária

Resultado da ação: Auxiliar na identificação dos principais problemas e na elaboração de estratégias destinadas à regularização fundiária no Município

Responsável: CME e Promotores de Justiça Regionais do Meio Ambiente

2. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à existência e à adequação dos planos diretores municipais

Resultado da ação: Diagnóstico e material de apoio para atuação dos Promotores de Justiça

Responsável: CME

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Promover o planejamento urbano e o crescimento ordenado dos Municípios.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com planos diretores atualizados	ND	30%
Índice de Municípios com planos diretores aprovados	ND	30%

ND – Não disponível



CMA

Centro de Apoio Operacional
da Moralidade Administrativa

O.E. 7 – COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Iniciativa Estratégica – CMA

1. LIMPE

OBJETIVO

Criar métodos direcionados à análise, tramitação e condução dos procedimentos administrativos e judiciais, objetivando uma solução eficiente na tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade catarinense e Promotores de Justiça que atuam na moralidade administrativa.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Diagnosticar qualitativa e quantitativamente o passivo de Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação (PET)

Resultado da ação: Relatório de Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação na área da moralidade administrativa

Responsável: CMA

2. Acompanhar a evolução quantitativa dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação (PET)

Resultado da ação: Relatório quantitativo dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação

Responsável: CMA

3. Diagnosticar o tempo médio dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação (PET) durante o ano de 2014

Resultado da ação: Relatório do tempo médio dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação Responsável: CMA

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Redução do tempo médio de tramitação dos procedimentos extrajudiciais da moralidade administrativa.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Tempo médio total de tramitação dos Procedimentos Extrajudiciais (NF, IC, PP e PIC)	NF – 219 dias IC – 718 dias PP – 257 dias PIC – 500 dias	NF – 197 dias IC – 646 dias PP – 231 dias PIC – 450 dias
Número de procedimentos instaurados anteriormente a 31/12/2008 e finalizados até 31/12/2014	74,94%	100%

2. Transparência e Cidadania

OBJETIVO

Promover a defesa da transparência e do acesso à informação na administração pública, por meio do cumprimento das Leis de Acesso à Informação e da Transparência pelos órgãos da administração pública, direta e indireta, estaduais e municipais.

Administração pública, direta e indireta, estaduais e municipais.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Diagnosticar o quantitativo referente aos Municípios com mais de 10.000 habitantes que possuem sítios oficiais e portais da transparência

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico

Responsável: CMA

2. Promover medidas visando à atuação integrada com stakeholders (FECAM, CGU, Observatórios Sociais, entre outros), para a obtenção de informações quantitativas e qualitativas, no âmbito do referido programa

Resultado da ação: Relatório

Responsável: CMA

3. Promover medidas visando ao saneamento das irregularidades identificadas

Resultado da ação: Adoção das medidas cabíveis

Responsável: Promotores de Justiça

4. Acompanhar os sítios oficiais e portais da transparência dos órgãos públicos quanto à disponibilização de informações exigidas pela lei

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento

Responsável: CMA

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Cumprimento, pelos Municípios catarinenses com mais de 10.000 habitantes, da obrigatoriedade de divulgação das informações através de sítios oficiais ou portais da transparência.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios catarinenses com mais de 10.000 habitantes que publicam as informações em sítios oficiais ou portais da transparência	Prefeituras Municipais – 95,12% Câmaras Municipais – 69,91%	100%

A stack of silver coins is positioned on the left side of the image, resting on a document. The document contains several rows of numerical data, including 5.341,60, 5.039,25, 4.754,01, 484,91, 31,05, 78,35, 545,61, 31,71, 39, and 43. The text is in a sans-serif font and is slightly blurred. A dark red rectangular overlay is placed over the top right portion of the image, containing the text 'COT' and its full name.

COT

Centro de Apoio Operacional
da Ordem Tributária

1. Saúde Fiscal dos Municípios

OBJETIVO

Incentivar a implementação de estrutura, fiscalização e cobrança dos tributos municipais.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade catarinense e administrações municipais.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Promover medidas visando à elaboração e publicação de legislação tributária municipal adequada

Resultado da ação: Apresentação de minutas de legislação tributária municipal e outras propostas relacionadas, com o objetivo de alcançar os princípios constitucionais imprescindíveis para o legítimo controle, fiscalização e cobrança dos tributos municipais

Responsável: COT

2. Acompanhar as medidas para a elaboração e publicação de legislação tributária municipal

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: COT

3. Promover medidas visando à estruturação municipal para a fiscalização e a cobrança de tributos

Resultado da ação: Apresentação de minutas de legislação tributária municipal e outras propostas relacionadas, com o objetivo de alcançar os princípios constitucionais imprescindíveis para o legítimo controle, fiscalização e cobrança dos tributos municipais

Responsável: COT

4. Acompanhar as medidas para a estruturação municipal para a fiscalização e a cobrança de tributos

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: COT

5. Promover medidas visando à conscientização dos agentes públicos municipais e sociedade sobre a importância da arrecadação municipal, por meio da cobrança regular de tributos

Resultado da ação: Distribuição de cartilhas, *folders*, material audiovisual

Responsável: COT e Promotores de Justiça

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Aumentar o número de Municípios com legislação tributária municipal adequada.
2. Aumentar o número de Municípios com estrutura adequada à fiscalização, cobrança e controle da arrecadação dos tributos municipais.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com legislação tributária adequada	ND	50%
Índice de Municípios com estrutura adequada à fiscalização e cobrança de tributos	ND	50%

ND – Não disponível

2. União contra a Sonegação

OBJETIVO

Interagir, contínua e progressivamente, com instituições e órgãos públicos cujas atividades estejam relacionados à ordem tributária.

PÚBLICO-ALVO

Dirigentes de instituições e órgãos públicos cujas atividades estejam relacionados à ordem tributária.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Promover medidas visando à atuação institucional integrada com as Secretarias Municipais da Fazenda, Procuradorias-Gerais dos Municípios e demais órgãos

Resultado da ação: Termos de Cooperação Técnica firmados
Responsável: Procurador-Geral de Justiça e Promotores de Justiça

2. Acompanhar a execução dos termos de cooperação técnica firmados relacionados à ordem tributária

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: COT

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Aumentar o número de termos de cooperação técnica firmados e/ou aperfeiçoar os termos existentes entre o Ministério Público e as instituições cujas atividades estejam relacionadas à ordem tributária.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com termos de cooperação técnica firmados, com o MPSC, para a efetividade da arrecadação tributária municipal	ND	50%

ND – Não disponível

3. Combate à Sonegação Fiscal

OBJETIVO

Buscar a responsabilização criminal dos infratores, intensificando a recuperação dos tributos sonegados.

PÚBLICO-ALVO

Autores e partícipes de crimes contra a ordem tributária.

1. Realizar estudos visando à adequação da atuação regionalizada da ordem tributária na Grande Florianópolis

Resultado da ação: Estudos para a adequação da atuação regionalizada da ordem tributária na Grande Florianópolis

Responsável: COT

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Concluir a inserção das Comarcas do Estado na Regionalização da Ordem Tributária.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Comarcas inseridas na regionalização da ordem tributária	94%	100%

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Procurador-Geral de Justiça
Lio Marcos Marin

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Antenor Chinato Ribeiro

Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais
Keli Soares de Anhaia

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Walkyria Ruicir Danielski

Secretário-Geral do Ministério Público
Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Assessores do Procurador-Geral de Justiça
Durval da Silva Amorim
Fábio Strecker Schmitt
Abel Antunes de Mello
Maury Roberto Viviani
Rogério Ponzi Seligman
Luciano Trierweiller Naschenweng
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt

Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente: Lio Marcos Marin
Paulo Antônio Günther
José Galvani Alberton
Odil José Cota
Paulo Roberto Speck
Raul Schaefer Filho
Pedro Sérgio Steil
José Eduardo Orofino da Luz Fontes
Humberto Francisco Scharf Vieira
João Fernando Quagliarelli Borrelli
Hercília Regina Lemke
Mário Gemin
Gilberto Callado de Oliveira
Antenor Chinato Ribeiro
Narcísio Geraldino Rodrigues
Jacson Corrêa
Anselmo Jeronimo de Oliveira
Basílio Elias De Caro
Aurino Alves de Souza
Paulo Roberto de Carvalho Roberge
Tycho Brahe Fernandes
Guido Feuser
Plínio Cesar Moreira
André Carvalho
Gladys Afonso
Paulo Ricardo da Silva

Vera Lúcia Ferreira Copetti
Lenir Roslindo Piffer
Paulo Cezar Ramos de Oliveira
Gercino Gerson Gomes Neto
Francisco Bissoli Filho
Newton Henrique Trennepohl
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Fábio de Souza Trajano
Norival Acácio Engel
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
Ivens José Thives de Carvalho
Walkyria Ruicir Danielski
Alexandre Herculano Abreu
Durval da Silva Amorim
Vânio Martins de Faria
Américo Bigaton
Eliana Volcato Nunes
Sandro José Neis
Mário Luiz de Melo
Rogério Antônio da Luz Bertoncini
Genivaldo da Silva
Rui Arno Richter
Lio Marcos Marin
Cristiane Rosália Maestri Böell
Secretário: Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti

Conselho Superior do Ministério Público

Membros Natos

Presidente: Lio Marcos Marin - Procurador-Geral de Justiça
Gilberto Callado de Oliveira - Corregedor-Geral

Representantes do Colégio de Procuradores

Odil José Cota
Humberto Francisco Scharf Vieira
Jacson Corrêa

Representantes da Primeira Instância

Pedro Sérgio Steil
Narcísio Geraldino Rodrigues
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Gercino Gerson Gomes Neto
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Fábio de Souza Trajano
Américo Bigaton
Sandro José Neis
Secretário: Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Corregedor-Geral do Ministério Público

Gilberto Callado de Oliveira

Subcorregedor-Geral

José Galvani Alberton

Secretário

Adalberto Exterkötter

Coordenador de Acompanhamento Funcional

Jair Alcides dos Santos

Coordenadora de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar

Berenice Chaves Gomes

Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral

Fabiano Henrique Garcia
Maria Amélia Borges Moreira Abbad
Marcelo de Tarso Zanellato

Coordenadoria de Recursos Cíveis

Fábio de Souza Trajano - Coordenador

Promotor Assessor

Marcelo Gomes Silva

Coordenadoria de Recursos Criminais

Aurino Alves de Souza - Coordenador

Promotor Assessor

Gustavo Wiggers

Ouvidor

Vânio Martins de Faria

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor

Caroline Moreira Suzin - Coordenadora
Caroline Cabral - Coordenadora Adjunta

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade
Basílio Elias De Caro - Coordenador

Centro de Apoio Operacional do Consumidor
Caroline Cabral – Coordenadora e.e.

Centro de Apoio Operacional Criminal
Onofre José Carvalho Agostini - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude
Marcelo Wegner - Coordenador

Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas
João Carlos Teixeira Joaquim - Coordenador
Laudares Capella Filho - Coordenador Adjunto

Gerente de Análise Multidisciplinar
Fábio Rogério Matiuuzzi Rodrigues

Gerente de Análise Contábil
Douglas da Silveira

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
Paulo Antonio Locatelli - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa
Davi do Espírito Santo - Coordenador-Geral
Samuel Dal-Farra Naspolini - Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária
Murilo Casemiro Mattos - Coordenador

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Vanessa Wendhausen Cavallazzi - Diretora

Gerente de Arquivo e Documentos
Selma de Souza Neves

Gerente de Biblioteca
Rosiane Maria Campos

Gerente de Publicações e Revisões
Lúcia Anilda Miguel

Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento
Luciana Andrea Mattos

Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional
Sidney Eloy Dalabrida – Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) da Capital
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin – Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Joinville
Assis Marciel Kretzer – Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Chapecó
Fabiano David Baldissarelli – Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Criciúma
Luiz Fernando Góes Ulysséa - Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Lages
Joel Rogério Furtado Júnior - Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Itajaí
Jean Michel Forest - Coordenador

Casa Militar
Cel. Rogério Martins

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais

Ex-Procuradores-Gerais de Justiça
José Galvani Alberton
Pedro Sérgio Steil
Representante do Segundo Grau:
João Fernando Quagliarelli Borrelli

Representantes do Primeiro Grau:

1ª Região - Extremo Oeste	Daniel Granzotto Nunes
2ª Região - Oeste	Júlio André Locatelli
3ª Região - Meio Oeste	Protásio Campos Neto
4ª Região - Planalto Serrano	Carlos Henrique Fernandes
5ª Região - Alto Vale do Itajaí	Caroline Sartori Velloso
6ª Região - Médio Vale do Itajaí	Felipe Martins de Azevedo
7ª Região - Vale do Rio Itajaí e Tijucas	Lenice Born Silva
8ª Região - Grande Florianópolis	Jádel da Silva Júnior
9ª Região - Planalto Norte	Pedro Roberto Decomain
10ª Região - Norte	Márcio Cota
11ª Região - Sul	Sandro Ricardo Souza
12ª Região - Extremo Sul	Cristine Angulski da Luz

Órgãos administrativos da PGJ

Coordenador-Geral Administrativo
Adauto Viccari Júnior

Coordenador de Auditoria e Controle
Rubinei Huttner Fischer

Coordenadora de Comunicação Social
Luciana Wasum Carvalho

Coordenador de Finanças e Contabilidade
Márcio Abelardo Rosa

Gerente de Contabilidade
Luana Henrique Nunes

Gerente de Finanças
Sérgio Luiz Kraeski

Gerente de Execução Orçamentária
Ivania Maria de Lima

Coordenadora de Operações Administrativas
Doris Mara Eller Brüggmann

Gerente de Almoxarifado
Luís Antônio Buss

Gerente de Compras
Samuel Wesley Elias

Gerente de Transportes
Jacqueline Figueró Jeske

Gerente de Patrimônio
Ângelo Vitor Oliveira

Gerente de Contratos
Sara Souza da Silva Amorim

Coordenadora de Pagamento de Pessoal
Maria Inês Finger Martins

Gerente de Remuneração Funcional
Liliane Cavalleri Cardoso

Coordenadora de Planejamento
Isabel Cristina Silveira de Sá

Gerente de Informações e Projetos
Luís Morais Neto

Coordenador de Processos e Informações Jurídicas
Denis Moreira Cunha

Gerente Operacional de Tramitação e Informação de Processos
Larisse Silva Roman

Coordenadora de Recursos Humanos
Silvana Maria Pacheco

Gerente de Cadastro e Informações Funcionais
Thiagus Mateus Batista

Gerente de Atenção à Saúde
Anarrosa Garcia Silveira

Gerente de Desenvolvimento de Pessoas
Emanuella Koerich Zappellini

Gerente de Estágio
Míriam Jacques Schmidt

Gerente de Legislação de Pessoal
Janete Aparecida Coelho Probst

Coordenador de Tecnologia da Informação
Oldair Zanchi

Gerente de Desenvolvimento
Giorgio Santos Costa Merize

Gerente de Rede e Banco de Dados
Júlio Cesar Moriguti

Gerente de Suporte
Rodrigo de Souza Zeferino

Gerente de Processos Jurídicos Digitais
Paulo Cesar Allebrandt

Coordenador de Engenharia e Arquitetura
Fabrício Kremer de Souza

Gerente de Manutenção
Rômulo César Carlesso

Gerente de Logística
Ricardo Alexandre Oliveira

Coordenador de Informação Social
Christian Rosa

